

# Começa em Janeiro a construção da Escola Portuguesa de Maputo

53 1/1/93

O concurso para a construção da Escola Portuguesa em Maputo deverá ser lançado em Janeiro próximo, disse António Barata, da Direcção da cooperativa proprietária do estabelecimento de ensino.

A decisão ainda não foi tomada, mas depois da deslocação a Portugal em férias em Setembro/Octubro do presidente da Cooperativa, Santos Silva, o ministro da Educação prometeu o apoio do Estado português, o que permite arrancar com o projecto.

António Fernando Couto dos Santos, despachou já no sentido de uma equipa técnica do seu Ministério se deslocar a Moçambique para estudar o projecto.

Segundo António Barata, a polémica sobre os perigos que corre a Língua Por-

tuguesa em Moçambique, teria contribuído para levar o Governo de Lisboa a mudar a sua opinião em relação à Escola.

Até agora o Governo português considerava que a construção do estabelecimento de ensino por uma entidade privada devia ser suportada por esta.

A Escola Portuguesa de Maputo, que tem crianças desde o jardim infantil até ao 12.º ano, funciona actualmente numa pequena moradia e nas instalações da Feira Internacional de Maputo (Facim), pouca adequadas para o efeito.

Um terreno de dois hectares foi cedido no princípio de 1993 pelo Conselho Executivo da Cidade de Maputo, com a obrigação de a escola estar construída no prazo de dois anos.

Couto dos Santos disse ao responsável pela Escola Portuguesa de Maputo que «avançasse com os financiamentos já existentes», que o Estado português depois poria o resto.

Miguel Cadilhe, presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento Exterior (BFE), que tem uma sucursal em Maputo, prometeu durante a sua visita este ano a Moçambique, financiar a construção da Escola, como qualquer outra operação creditícia.

O Fundo para a Cooperação manifestou por seu lado a disposição de financiar a bonificação dos juros cobrados pelo BFE até 60 por cento.

António Barata declarou ainda não ser possível dizer

quanto é que o BFE vai emprestar. Isso depende da avaliação da capacidade da cooperativa para reembolsar o empréstimo e do prazo de autorização.

Uma parte da verba para a construção da escola virá dos fundos próprios da cooperativa, avaliados em 80 mil contos.

O custo total do estabelecimento está estimado em 595 mil contos, mas os promotores da iniciativa pretendem proceder à sua construção por fases.

O projecto da escola poderá sofrer modificações se incluir também instalações para o Centro Cultural Português, o que permitiria mobilizar outras entidades financiadoras, como o Instituto Camões e a Fundação Gulbenkian.